
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Entre

ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.
como Interveniente Garantidora

datado de
20 de junho de 2017

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

I. Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria B, com sede na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Avenida Coronel Manoel Nunes, BR 101, Km 264, S/N, Bairro Laranjeiras, CEP 29.160-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o No. 15.484.093/0001-44, sob o NIRE 32.300.032.656, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

II. Na qualidade de agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário") e, ainda,

III. Na qualidade de interveniente garantidora,

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta na CVM, categoria B, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Alvarenga, CEP 09845-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Interveniente Garantidora" e, quando em conjunto com a Emissora e Agente Fiduciário, as "Partes").

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A." ("Escritura"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Para os fins desta Escritura, "Dia Útil" significa qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos, feriados declarados nacionais.

Cláusula Primeira – AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 20 de junho de 2017 ("AGE"), na qual foi deliberada: (i) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à

Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo conforme disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Emissora.

1.2. A fiança prestada pela Interveniente Garantidora foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Interveniente Garantidora realizada em 20 de junho de 2017 (“RCA Garantidora”), nos termos do seu estatuto social.

Cláusula Segunda – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A presente 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Debêntures” e “Emissão”), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro prévio de distribuição pública perante a CVM.

2.1.2. A Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §1º inciso I e §2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 01 de agosto de 2016. Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1. As atas da AGE e da RCA Garantidora de que tratam as Cláusulas 1.1 e 1.2 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (“JUCEES”) e na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), respectivamente, e serão publicadas: (a) no caso da AGE, (a.i) no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo; e (a.ii) no jornal “A Tribuna”, e (b) no caso da RCA Garantidora, no (b.i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, e (b.ii) no jornal “Diário de Notícias”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão registrados na JUCEES, de acordo com o artigo 62, inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.24 abaixo, a presente Escritura será levada a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na cidade de Serra, localizada no Estado do Espírito Santo, na cidade do Rio de Janeiro, localizada no Estado do Rio de Janeiro, e na cidade de São Bernardo do Campo, localizada no Estado de São Paulo, em até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura da presente Escritura, sendo que uma via original, da Escritura, registrada na JUCEES e nos cartórios indicados acima, entregue no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros ao Agente Fiduciário.

2.4. Depósito para distribuição, negociação e custódia eletrônica.

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) negociação em mercado de secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, tomar as providências para que as Debêntures possam ser depositadas para negociação em mercado de bolsa de valores por meio do PUMA Trading System BM&FBOVESPA (“PUMA”), sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

2.6. Comunicação de início à CVM

2.5.1 O início da Oferta será informado pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido) à CVM, nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476, por meio do envio de comunicação de início da Oferta.

2.7. Comunicação de encerramento à CVM.

2.7.1. O encerramento da Oferta Restrita deverá ser comunicado à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, em até 5 (cinco) dias contados do encerramento da Oferta Restrita.

2.8. Objeto Social

2.8.1. Conforme o estatuto social da Emissora, a Companhia tem por objeto a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR 101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de Licitação n. 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“Valor Total da Emissão”).

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25 (vinte e cinco) Debêntures.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder: (i) somente poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados (a) "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"); e (b) "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada na ANBIMA, conforme disposto na Cláusula 2.1; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. A colocação das debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM 476, considerando para tal o anúncio de início conforme o artigo 7-A da referida instrução, e no Contrato de Distribuição. O Coordenador Líder deverá comunicar o encerramento da Oferta na forma e prazo previstos no artigo 8º da Instrução CVM 476.

3.5.6. As Debêntures serão depositadas para negociação na CETIP, podendo a Companhia, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, tomar as providências para que as Debêntures possam ser depositadas para negociação na BM&FBovespa. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para reforço de capital de giro da Emissora.

3.7. Banco Liquidante de Emissão e Escriturador

O banco liquidante e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 29 de junho de 2017 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.

4.4. Espécie e Garantia

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.4.2. As Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória na forma de fiança, conforme disposto na Cláusula 4.24 abaixo.

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por seu Valor Nominal Unitário, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures ("Preço de Integralização").

4.6. Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as

hipóteses de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme previsto nesta Escritura.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento.

4.8. Remuneração e Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Integralização das Debêntures até a Data de Vencimento das Debêntures, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de sobretaxa de 1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”).

4.8.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização das Debêntures até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento).

4.8.2.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos na data de pagamento da Remuneração.

VNe - Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo “ n ” um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI, variando de “1” até “ n ”;

TDI_k = Taxa DI, de ordem “ k ”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI, de ordem “ k ”, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread = 1,8000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “ n ” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2.3. Se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada para apuração de TDI_k a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o titular desta Escritura quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.8.2.4. Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinta ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a esta Escritura, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, o parâmetro legal que vier a substituí-lo, se houver. Caso não haja um

parâmetro legal substituto para a Taxa DI, será utilizada então a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.8.2.5 A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Integralização, até a Data de Vencimento, no dia 29 dos meses de junho e de dezembro de cada ano, ocorrendo o 1º (primeiro) pagamento em 29 de dezembro de 2017, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme previsto nesta Escritura.

4.9. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aditamento à Presente Escritura

Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, sendo que alterações nas condições das Debêntures dependerão de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD, conforme definido abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEES.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.11.2 e 4.11.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização das Debêntures, inclusive, ou da última Data de pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

(a) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no período de 1 (um) Dia Útil contado da respectiva data de vencimento, salvo se o referido descumprimento decorrer de falhas e/ou problemas operacionais com relação à ao Banco Liquidante, os quais sejam justificados pela Emissora ao Agente Fiduciário, sendo que nesta hipótese a Emissora possuirá 1 (um) Dia Útil adicional de prazo de cura;

(b) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures, que não sejam sanadas no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo de cura mencionado neste item não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(c) se a Emissora ou a Interveniente Garantidora: (i) tiver requerido falência; (ii) tiver decretada sua falência; (iii) for dissolvida; ou (iv) na hipótese de pedido de falência da Emissora formulado por terceiros, caso esse não tenha sido elidido no prazo legal;

(d) propositura, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juízo competente;

(e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora ou da Interveniante Garantidora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a Emissora, e igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para a Interveniante Garantidora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), ou seu equivalente em outras moedas;

(f) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja inadimplente com relação ao pagamento de principal e juros relativos às Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório;

(g) mudança ou alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar as suas atuais atividades principais, ou a agregar a estas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(h) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora ou da Interveniante Garantidora, exceto nos casos em que houver manutenção da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Eco Infra”) como controlador indireto da Emissora e da Interveniante Garantidora ou houver a participação da Eco Infra no bloco de controle indireto da Emissora e da Interveniante Garantidora;

(i) protestos de títulos contra a Emissora ou a Interveniante Garantidora cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a Emissora, e igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para a Interveniante Garantidora, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados ou efetuados por erro ou má-fé de terceiro, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do apontamento;

(j) se a Emissora ou a Interveniante Garantidora inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a Emissora, e igual ou superior R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para a Interveniante Garantidora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância por escrito do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial transitada em julgado, obtida pela Emissora ou pela Interveniante Garantidora;

(k) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial de natureza condenatória transitada em julgado contra a Emissora ou a Interveniante Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para a Emissora, e igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para a Interveniante Garantidora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas);

(l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes que afete de maneira relevante o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento,

revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional, arbitral ou administrativo autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(m) se as declarações e garantias prestadas pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora e as obrigações assumidas pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora constantes desta Escritura e do Contrato de Distribuição provarem-se falsas, inconsistentes, incorretas ou insuficientes na data em que forem prestadas;

(n) se a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos adquiridos e obrigações assumidas nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures;

(o) cisão, fusão ou ainda, incorporação ou incorporação de ações da Emissora por outra companhia que não faça parte do grupo econômico da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas representando, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures;

(p) redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas representando, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures, exceto na ocorrência de quaisquer operações enquadradas na forma do item (o) acima;

(q) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(r) se a Emissora vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou

(s) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta, pela Emissora, de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida que afete substancialmente e

(t) extinção, por qualquer motivo, exceto pelo término de prazo contratual, da concessão detida pela Emissora;

(u) a Emissora constituir qualquer nova dívida sênior a esta Emissão e/ou que tenha qualquer tipo de preferência a esta Emissão, excetuando-se: (i) endividamentos de qualquer modalidade constituídos pela Emissora para o financiamento de investimentos previstos nesta data ou que venham a ser adicionados ao contrato de concessão, desde que sejam contratualmente passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro; ou (ii) endividamentos necessários para aquisição de equipamentos a serem utilizados nas atividades da Companhia;

(v) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.6 acima.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (f), (i), (j), (k), (n), (o), (p), (q), (r), (s) ou (t) da Cláusula 4.11.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando a declaração de vencimento antecipado condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora, após sua ciência. Na ocorrência dos demais eventos previstos na

Cláusula 4.11.1 acima, o vencimento antecipado não será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário que deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), para deliberar sobre a eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 4.11.3 abaixo. A AGD mencionada acima deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.11.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.11.4. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 4.11.2. acima por falta de quorum após a segunda convocação; ou (ii) de não obtenção dos 2/3 (dois terços) dos Debenturistas necessários para aprovar a não declaração do vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 4.11.1. acima.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a Data de Integralização das Debêntures ou da data de pagamento da última Remuneração até a data do efetivo pagamento, fora do âmbito da CETIP, em até 5 (cinco) dias úteis contados: (i) da data em que for informada a declaração do vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura; ou (ii) da data da realização da AGD acima mencionada, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.12 abaixo.

4.11.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.11.3. acima imediatamente após a declaração do vencimento antecipado.

4.12. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração, conforme definida na Cláusula 4.8 acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.13. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.12 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao

recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento a partir da data em que tais recursos tornaram-se disponíveis aos Debenturistas, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

4.14. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Companhia, se for o caso.

4.15. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo e Serra, Estado do Espírito Santo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.16. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no jornal "A Tribuna", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores no seguinte endereço: www.ecorodovias.com.br/ri (nesse *website* acessar "debêntures" e, posteriormente, "Eco101"). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.17. Resgate Antecipado e Amortização Antecipada Facultativa

As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente ao prazo especificado nesta Escritura e não poderão ser objeto de amortização antecipada facultativa.

4.18. Aquisição Antecipada Facultativa

4.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no § 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, incluindo as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures caso algum dos Debenturistas deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula 4.18 poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.18.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 4.18.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.19. Comprovação de Titularidade

Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.20. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta.

4.24. Garantia Fidejussória

4.24.1. A Interviente Garantidora, por meio desta Escritura, obriga-se e declara-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 do Código Civil, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105 (“Código de Processo Civil”), sub-rogando-se pelo pagamento integral do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios, bem como de todos quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário (“Valor Garantido” e “Fiança”, respectivamente).

4.24.2. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.24.3. A Fiança é prestada pela Interveniante Garantidora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.24.4. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, quantas vezes forem necessários até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.24.5. A Fiança será paga pela Interveniante Garantidora no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Interveniante Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitações, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto em caso de recuperação judicial, decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, quando o valor será pago em 2 (dois) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

4.24.6. O pagamento citado na Clausula 4.24.5 acima deverá ser realizado pela Interveniante Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.24.7. A Interveniante Garantidora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora, por qualquer valor honrado pela Interveniante Garantidora nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.24.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou no dia útil imediatamente posterior de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração da Emissora e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; da declaração assinada por qualquer dos Diretores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;

(b) comunicar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares Debenturistas;

- (c) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, fornecer resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, bem como da CVM e da CETIP, sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo;
- (d) divulgar informações periódicas e eventuais, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes e que não induzam o investidor a erro, nos termos da Instrução CVM 480, bem como observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), apresentando nos prazos legais ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) comunicar de imediato à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência quanto ao cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (f) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (g) abster-se de negociar, até o envio do comunicado de encerramento, com valores mobiliários de sua emissão e da mesma espécie desta Oferta, conforme definido abaixo, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (h) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o seu respectivo prazo de vigência, arcando com os custos dos referidos registros;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (l) manter seus bens adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (m) contratar e manter contratados os prestadores de serviços necessários, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP;
- (n) efetuar o recolhimento de tributos, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial;
- (o) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (p) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;

(q) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que sejam aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira, nos negócios, nos bens ou nos resultados operacionais da Emissora; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura (“Efeito Adverso Relevante”), exceto por aquelas questionadas de boa fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial;

(r) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Emissora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;

(s) cumprir e fazer com que conselheiros, diretores, funcionários e eventuais contratados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura e durante a sua vigência; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária; e

(t) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e

(vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.

5.2. A Interviente Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou no dia útil subsequente à sua divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, bem como de declaração dos representantes da Interviente Garantidora atestando o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura;

(ii) fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento causado pela Interviente Garantidora, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Interviente Garantidora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Interviente Garantidora fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo aquelas relacionadas a medidas tomadas ou a tomar pela Interviente Garantidora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão;

(iii) fornecer quaisquer informações razoáveis que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Interviente Garantidora, das suas obrigações estabelecidas na Cláusula 4.24 desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;

(iv) cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuam a mando ou em favor da Interviente Garantidora, sob qualquer forma, cumpram, durante o prazo das Debêntures, as obrigações relevantes oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Interviente Garantidora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil; e

(v) cumprir e fazer com que conselheiros, diretores, funcionários e eventuais contratados cumpram as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Interviente Garantidora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura e durante a sua vigência; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da

lei e da presente Escritura, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 6º da Instrução da CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM 583”) para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(e) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;

(h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora; e

(l) que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 6º e no inciso XI do artigo 1º do Anexo 15 da Instrução CVM 583, atua como agente fiduciário na: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografia, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio da qual foram emitidas 80.000 (oitenta mil) debêntures, sendo (i.1) 24.000 (vinte e quatro) debêntures da 1ª (primeira) série, com vencimento em 15 de outubro de 2018 e juros remuneratórios equivalentes a CDI + 0,79% (setenta e nove centésimos por cento) ao ano, no valor total de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais); (i.2) 16.000 (dezesseis mil) debêntures da 2ª (segunda) série com vencimento em 15 de outubro de 2019 e juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5% (cinco inteiros por cento) ao ano, no valor total de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), na data de emissão; (i.3) 40.000 (quarenta mil) debêntures da 3ª (terceira) série com vencimento em 15 de outubro de 2022 e juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5,35% (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, no valor total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. Até a presente

data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão. Em 15 de outubro de 2015 e em 15 de outubro de 2016, foram realizadas amortizações da 1ª (primeira) série e da 2ª (segunda) série; (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, no valor total de R\$ 148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 14.800 (quatorze mil e oitocentas) debêntures, com vencimento em 15 de maio de 2020 e juros remuneratórios equivalentes a 107% (cento e sete por cento) do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., no valor total de R\$ 143.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 14.300 (quatorze mil e trezentas) debêntures, com vencimento em 15 de maio de 2019 e juros remuneratórios equivalentes a 106,5% (cento e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; (iv) 4ª (segunda) emissão de debêntures privada, simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, com vencimento em 12 de abril de 2025 e juros remuneratórios equivalentes a 105,5% (cento e cinco inteiros e cinco centésimos por cento) do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; e (v) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, da Primav Infraestrutura S.A., no valor total de R\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 2.100 (duas mil e cem) debêntures, com vencimento em 20 de maio de 2022 e juros remuneratórios equivalentes a CDI + 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão. Em 25 de abril de 2016 e em 4 de maio de 2016, foram realizadas amortizações; (vi) a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, no valor total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures, com vencimento em 02 de junho de 2020 e juros remuneratórios equivalentes a 107% (cento e sete por cento) do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; (vii) 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no valor total de R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 8.000 (oito mil) debêntures, com vencimento em 02 de junho de 2020 e juros remuneratórios equivalentes a 105,5% (cento e cinco e meio por cento) da variação do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; (viii) a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por meio da qual foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, com vencimento em 22 de dezembro em 2018 e juros remuneratórios equivalentes a 109% (cento e nove por cento) da variação CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão; e (ix) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, no valor total de R\$ 185.000.000 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) por meio da qual foram

emitidas 18.500 (dezoito mil e quinhentas) debêntures, com vencimento em 17 de maio de 2019 e juros remuneratórios equivalentes a 106,5% (cento e seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação do CDI ao ano. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

(a) a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida 10 (dez) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subseqüentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;

(b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à: (i) execução das garantias, se houver; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração: (i) das garantias, se houver; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

(c) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

(d) as parcelas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;

(e) os impostos incidentes sobre a remuneração, quais sejam, IR, ISS, PIS, COFINS e CSLL, serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento;

(f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e

(g) os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Instrução CVM 583 e na Lei das Sociedades por Ações;

(h) a remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a

serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias eventualmente concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

(i) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e

(j) no caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou ainda no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários propostos.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de AGD para deliberar sobre sua substituição;

(c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCEES, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública,

Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

(h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

(i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

(j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo.

(i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de seu capital;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

(vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

(viii) pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures;

(x) relação dos bens e valores entregues a sua administração; e

(xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;

eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(l) divulgar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora;

(m) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(n) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(o) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.17 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(p) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

(q) disponibilizar o valor unitário das Debêntures aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu *website*. O valor unitário das Debêntures disponibilizado e conferido pelo Agente Fiduciário será calculado também pela Emissora na data de qualquer pagamento relacionado às Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, nos termos previstos nesta Escritura:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;

(b) requerer a falência da Emissora;

(c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 4.12 desta Escritura, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se assim autorizado pela unanimidade dos Debenturistas. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 583 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 4.10 acima.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos na Cláusula 4.17 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse dos Debenturistas.

7.1. Convocação

7.1.1. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número.

7.2.2. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores, dos seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as deliberações em AGD serão tomadas pela maioria dos presentes à AGD.

7.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características das Debêntures, quais sejam: (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iv) Data de Vencimento; (v) quoruns de deliberação de AGD previstos nesta Cláusula Sétima; e (vi) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas na Cláusula 4.12 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula Quarta acima.

7.4.3. As deliberações que digam respeito a quaisquer características das Debêntures não incluídas na cláusula 7.4.2 acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.5. Não estão incluídos no quorum a que se referem as Cláusulas 7.4.2 e 7.4.3 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

7.6. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs convocadas pela Emissora, enquanto que nas AGDs convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.8. As alterações aos termos e condições das Debêntures somente poderão ser levadas para deliberação em AGD por meio de proposta feita pela Emissora ou desde que acordado pela Emissora e pelos Debenturistas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Interveniante Garantidora neste ato declaram que:

(a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;

(b) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(c) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;

(d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Interveniante Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;

(f) a celebração, os termos e as condições desta Escritura: (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Interveniante Garantidora seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora ou a Interveniante Garantidora que afete, de maneira adversa e material, as obrigações assumidas nesta Escritura, desde que a Emissora ou a Interveniante Garantidora tenham sido cientificadas nos termos da lei; e (4) não resultarão em: (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora ou da Interveniante Garantidora;

(g) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé, nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial, está cumprindo as leis, os

regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que sejam aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere Efeito Adverso Relevante;

(h) exceto por obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, que sejam aplicáveis à condução de seus negócios, cujo descumprimento gere um Efeito Adverso Relevante;

(i) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e da Interveniente Garantidora, desconhecem a existência de: (1) descumprimento de qualquer disposição contratual ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação judicial ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental: (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora ou da Interveniente Garantidora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura; e

(j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções

(k) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foram acordadas por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(l) cumprem e fazem conselheiros, diretores, funcionários e eventuais contratados, cumprirem as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura e durante a sua vigência; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) realizam e realizarão eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura exclusivamente por meio de transferência bancária.

Cláusula Nona – DOS TRIBUTOS

9.1. Serão de responsabilidade da Emissora todos e quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que a Emissora seja contribuinte ou responsável fiscal, por determinação legal, inclusive eventual IOF/crédito que seja devido ou venha incidir sobre as Debêntures. Para tanto, a Emissora desde já reconhece ser pecuniária a obrigação aqui prevista e declara serem líquidos, certos e exigíveis todos e quaisquer valores que vierem a ser apresentados contra si pertinentes a esses tributos, os quais deverão ser liquidados, pela Emissora, por ocasião da sua apresentação, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.

Cláusula Décima – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por

qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Avenida Coronel Manoel Nunes, BR 101, Km 264, S/N, Bairro Laranjeiras,
CEP 29.160-000, Serra/ES

At.: Marcello Guidotti / Bernadete Castro

Telefone: (11) 3787-2667 / (11) 3787-2673

Fac-símile: (11) 3787-2667

Correio Eletrônico: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br / bernadete.castro@ecorodovias.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Alvarenga

CEP 09845-000, São Bernardo do Campo/SP

At.: Marcello Guidotti / Bernadete Castro

Telefone: (11) 3787-2667 / (11) 3787-2673

Fac-símile: (11) 3787-2667

Correio Eletrônico: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br / bernadete.castro@ecorodovias.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro/RJ

Antônio Amaro / Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Srs. Rosinaldo Batista Gomes / Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-9444 / 3684-7911 / 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

E-mail: rosinaldo.gomes@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Alameda Xingu, 350 - Edifício iTower, 1º andar

Alphaville Industrial, Barueri, SP

CEP 06455-030

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 0300-111-1596

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes à esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por

telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Décima Primeira – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Décima Segunda – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura a Emissora e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinatura.]

Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular De Escritura Da Primeira Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Eco101 Concessionária De Rodovias S.A.

ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular De Escritura Da Primeira Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Eco101 Concessionária De Rodovias S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular De Escritura Da Primeira Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Eco101 Concessionária De Rodovias S.A.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular De Escritura Da Primeira Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Distribuição, Da Eco101 Concessionária De Rodovias S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]